

Collor negocia crescimento por estabilidade

Helival Rios

Lideranças empresariais de todo o País vêm recebendo um recado do presidente Collor, transmitido principalmente pelos ministros João Santana, da Infra-Estrutura e Marcílio Marques Moreira, da Economia: se todos cooperarem para uma queda mais rápida da inflação ao longo dos próximos seis meses, o governo poderá adotar concretamente medidas que vão implicar numa retomada do crescimento econômico, já no segundo semestre deste ano. Só o Ministério da Infra-Estrutura tem disponível, para investimentos no período 1992-1995, nada menos que US\$ 67,6 bilhões. Este dinheiro pode ser aplicado de forma lenta ou mais rápida, a depender do comportamento dos empresários.

Se houver cooperação dos empresários para com o esforço governamental no sentido de conseguir a estabilidade da economia, os cronogramas de aplicação de recursos serão encurtados, e o Estado terá condições de desencadear um processo de arrancada desenvolvimentista. Caso contrário, os investimentos terão de ser postergados ao máximo, concentrando o governo todos os seus esforços no combate à inflação.

O ministro João Santana acha que há condições efetivas, tanto em termos de recursos próprios quanto de captação de recursos externos, para que o País assente uma nova malha de infra-estrutura capaz de garantir uma longa fase de crescimento econômico. A única coisa que pode atrapalhar a execução de todas essas obras, nos mais diferentes setores, é o recrudescimento da inflação.

Assessores do ministro Marcílio receberam, esta semana, com grande preocupação, a onda de reajustes de preços praticada pelas indústrias (notadamente de higiene e material de limpeza), em torno de 40%. Embora dispostos a negociar descontos com os comerciantes, os

industriais não se deram conta de que esse reajuste vai aparecer nos índices de preços, o que significa gerar pelo menos dois fatores adversos: um de natureza psicológica contra a queda da inflação; outro de aumento do custo financeiro, que segue o IGP-M, prejudicando, assim, as próprias empresas tomadoras de recursos junto à rede bancária.

O governo continua achando, contudo, que a tendência geral da inflação é de queda para os próximos meses, o que significa acenhar as tendências atuais. Mas espera da parte do empresariado uma maior cooperação para que a inflação caia mais rapidamente. Se isso ocorrer, será melhor para toda a sociedade, já que o governo dispõe dos meios de tirar o País do estado recessivo em que se encontra.

Investimentos

Em todo o período do governo Collor, os investimentos da área de infra-estrutura (1990-95) deverão somar US\$ 79,6 bilhões, dos quais US\$ 12 bilhões já foram aplicados nos dois primeiros anos de governo. Os investimentos globais para o setor de energia até o final do atual governo estão previstos em US\$ 39,1 bilhões, dos quais US\$ 20,4 bilhões na área de petróleo e US\$ 18,7 bilhões na área elétrica. Os investimentos no setor de comunicações serão de US\$ 20,8 bilhões, dos quais US\$ 20,2 bilhões em telecomunicações e US\$ 600 milhões na área postal.

Petróleo

Até o final de 1995 prevê-se que serão perfurados 132 poços exploratórios, sendo 92 em áreas terrestres e 40 na plataforma continental. Além disso, serão ampliados os sistemas de produção da Bacia de Campos (RJ). No campo de Marlim será instalada uma unidade semi-submersível em lâmina de água de 900 metros de profundidade, para atingir a produção de 199 mil barris/dia de óleo.

No campo de Albacora, serão instaladas três plataformas de pro-

RECURSOS QUE O GOVERNO PODE INVESTIR ATÉ 95

Setor	1991			Investimentos (US\$ mil)		
	1990	Aprovado	Executado até ago/set	1992	1993/1995	Soma
Ministério da Infra-Estrutura	8.059.237	11.549.713	3.957.052	12.252.190	46.131.004	79.639.593
Transportes	756.052	1.506.812	372.081	2.404.896	7.589.450	12.257.210
Setor rodoviário	509.450	833.901	227.632	1.431.446	3.834.800	6.609.597
Setor portuário	11.822	233.931	100.132	315.789	1.672.834	2.234.376
Setor ferroviário	234.780	438.980	44.317	657.661	2.081.816	3.413.237
Comunicações	2.294.160	2.798.329	1.345.743	2.603.785	13.097.060	20.793.334
Setor postal	36.113	90.802	62.343	77.085	432.704	636.704
Setor telecomunicações	2.258.047	2.707.527	1.283.400	2.526.700	12.664.356	20.156.630
Minas e Metalurgia	815.499	1.346.516	359.090	1.689.487	1.929.864	7.428.815
Setor mineração	476.181	672.826	271.577	835.253	1.786.236	3.770.496
Setor siderúrgico	339.318	673.690	87.513	854.234	1.791.077	3.658.319
Energia	4.193.526	5.898.056	1.880.138	5.554.022	23.514.630	39.160.234
Setor elétrico	2.133.583	3.215.986	859.740	2.036.200	11.352.452	18.738.221
Setor petróleo	2.059.943	2.682.070	1.020.398	3.517.822	12.162.178	20.422.013

Fontes: SNT/SNC/SNMM/SNE

dução, com a interligação de 148 poços, além de um sistema de dutos para escoamento de óleo e de gás natural. Esse campo deverá produzir 199 mil barris/dia de óleo e 2,2 milhões de metros cúbicos de gás natural por dia. No campo de Enchova, será substituída a plataforma do sistema provisório Oeste pelo sistema definitivo, que permitirá a recuperação do campo, com a produção prevista de 30 mil barris/dia de óleo e 1.700 metros cúbicos de gás natural por dia.

Nas atividades de exploração e desenvolvimento da produção serão aplicados em 1992 US\$ 2,1 bilhões. A produção interna de óleo e gás deverá evoluir para 717 mil barris/dia e 23,4 milhões de metros

cúbicos/dia, respectivamente.

Energia elétrica

O principal investimento no setor elétrico será a continuação das obras da Usina Hidrelétrica de Xingó, no rio São Francisco, divisa da Bahia, Alagoas e Sergipe, que deve entrar em operação em dezembro de 1994, com uma capacidade instalada de cinco milhões de quilowatts. Os investimentos em Xingó deverão somar US\$ 2,8 bilhões.

Destacam-se, ainda, no setor elétrico as obras da usina hidrelétrica de Serra da Mesa (GO), com investimentos de US\$ 1,5 bilhão e capacidade de 1,2 milhão de quilowatts, para reforçar o sistema interligado de Goiás e do Distrito Fe-

deral; Corumbá I (GO), com investimentos também de US\$ 1,5 bilhão e capacidade instalada de 375 mil quilowatts; usina de Samuel, em Rondônia (217 mil quilowatts); Usina de Itá, no rio Uruguai (SC), com potência instalada de 1,62 milhão de quilowatts (US\$ 852 milhões); Itaparica, entre os Estados da Bahia e Pernambuco (US\$ 695 milhões); usina termelétrica a carvão de Jorge Lacerda IV, em Tubarão, com potência instalada de 350 mil quilowatts (US\$ 301 milhões).

Na área nuclear, terão prioridade as obras da usina nuclear de Angra II, onde já foram aplicados US\$ 3,1 bilhões e que está com 63% de sua execução realizada. Em 1992 serão aplicados US\$

1,4 bilhão na área de transportes rodoviários, com um incremento de quase dez vezes sobre os valores aplicados nos últimos dois anos. Com esses recursos serão realizadas obras de conservação em 66 mil quilômetros de rodovias; e restaurados 9.200 quilômetros de estradas.

Na área de portos, estão previstos obras de modernização dos portos de Itaqui (MA), Fortaleza (CE), Suape (PE), Rio de Janeiro e Santos.

Na área de ferrovias destaca-se as obras da Transnordestina, com mil quilômetros de extensão e investimentos de US\$ 7,7 milhões; corredor Goiás-Minas-Espírito Santo, com 789 quilômetros remodelados e investimentos de US\$ 46,9 milhões; corredor de exportação do Paraná, com 1.192 quilômetros a um custo de US\$ 39,9 milhões.

As empresas do setor de comunicações deverão investir até 1995 US\$ 22,65 bilhões destinados à instalação de 4.467 milhões de telefones distribuídos por todos os Estados. Com isso, o País vai contar com 13,3 milhões de terminais telefônicos, com um crescimento de 50% em relação ao número existente em 1990 (8,84 milhões). A rede básica interurbana de telecomunicações nacional e conexões internacionais receberá investimentos de US\$ 2,5 bilhões.

Além de todas essas obras de infra-estrutura com recursos próprios, o governo poderá abrir novas frentes, a partir do ingresso maciço de recursos externos, o que será possível a partir da normalização do relacionamento do País com a comunidade financeira internacional (através dos acordos com o Fundo Monetário Internacional, Clube de Paris e bancos privados) e da estabilização da economia. Sem a estabilização econômica, contudo, todos os planos e expectativas desenvolvimentistas do governo darão lugar a um prolongamento da recessão.